

AO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21000.042507/2025-77

A empresa **MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A.**, inscrita no CNPJ N.º 00.970.771-0003-73, com endereço na Rod Incra 9/ Nucleo Rural Alexandre Gusmao, Rodovia Br-070 Rodovia Br-070, Km 19, Lote S/N, Ceilândia Norte (Ceilandia), Cep 72.276-010), na Cidade: Brasília, Distrito Federal, Fone (61) 3030-3666, E-mail: gilmar@ferronato.net neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

com fundamento no artigo 59, § 1º da Lei nº 13.303/16, art. 165 da Lei nº 14.133/2021, e no item 13 – Dos Recursos, bem como nos princípios que regem a Administração Pública, em face da decisão que declarou vencedora a empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, dentre outros, **do item 23**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, no inciso I do art. 165, a unicidade quanto ao momento de efetivação da interposição do recurso (com a apresentação das razões recursais) e quanto à apreciação do pleito recursal:

"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

O edital, item 13, também dá o direito de petição, vejamos:

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O presente recurso é **tempestivo**, nos termos do **art. 165 da Lei nº 14.133/2021** e do **item 13 do Edital**, uma vez que interposto dentro do prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência do julgamento da habilitação e do resultado da sessão pública realizada em **03/12/2025**.

O recurso é **plenamente cabível**, pois versa sobre **irregularidades na habilitação, descumprimento de exigências editalícias, dúvidas técnicas relevantes e potencial risco à Administração Pública**, matérias expressamente recorríveis.

A empresa recorrente não venceu o certame, portanto, evidencia o interesse recursal.

II – DOS FATOS RELEVANTES

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRÍCOLAS S/A, em face do julgamento que habilitou e adjudicou os itens 11 e 23 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, Processo Administrativo Nº 21000.042507/2025-77, à empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

A Recorrente sustenta a existência de inconsistências técnicas relevantes relacionadas à potência do motor, à Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM, à ausência de ensaios e certificações ambientais e à não comprovação inequívoca da nacionalidade do equipamento.

A empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, sagrou-se vencedora, dentre outros, do item **23** do certame, cujo objeto consiste, respectivamente, em:

Item 23 – Trator Agrícola - Com exigências igualmente claras:

- Ano/modelo **2025 ou posterior**, zero horas;
- Tração **4x4**;
- Potência **limitada entre 70 CV e 80 CV**;
- Cabine fechada com ar-condicionado;

- Transmissão com mínimo de **10 marchas à frente e 10 à ré;**
- Garantia mínima de **12 meses.**

Todavia, **graves inconsistências técnicas e documentais** foram verificadas na fase de habilitação da empresa vencedora **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, as quais **maculam a legalidade do julgamento e impõem a necessidade de diligência e revisão do resultado.**

III – DAS IRREGULARIDADES NA APRESENTAÇÃO DA LCVM (LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR)

1. Da estranheza quanto à emissão e à validade da LCVM apresentada

A empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, apresentou **Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM)** emitida nos últimos dias do mês de dezembro. Todavia, ao proceder à **consulta pública junto à base oficial do IBAMA**, verifica-se que o referido documento **não contém informações essenciais** para a verificação de sua regularidade, notadamente:

- ausência de dados técnicos do equipamento;
- inexistência de identificação clara e inequívoca do motor certificado;
- impossibilidade de correlacionar o documento ao modelo efetivamente

ofertado na licitação.

A falta dessas informações impede a conferência objetiva da compatibilidade entre a LCVM apresentada e o equipamento licitado, comprometendo a verificação do atendimento às exigências ambientais e técnicas estabelecidas no edital.

Tal irregularidade afronta diretamente o item 4.2.4 do Edital, que exige a apresentação de LCVM válida, regular e compatível com o equipamento ofertado, bem como viola o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a exigência de comprovação da qualificação técnica de forma clara, objetiva e verificável.

Dessa forma, não se trata de mera formalidade sanável, mas de falha material que compromete a própria validade da habilitação.

2. Da obrigatoriedade de diligência pela Administração

Diante da dúvida objetiva, concreta e fundada quanto à regularidade da LCVM apresentada, **não é lícito à Comissão de Licitação convalidar o documento sem prévia verificação técnica.**

Nos termos do **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração **tem o dever jurídico de instaurar diligência**, especialmente quando a documentação apresentada **não permite a aferição segura do atendimento às exigências editalícias.**

Nesse contexto, impõe-se a realização de **diligência junto ao IBAMA**, órgão emissor da LCVM, a fim de:

- confirmar a autenticidade e validade do documento;
- verificar a correspondência entre a LCVM, o motor certificado e o modelo ofertado;
- afastar qualquer dúvida quanto ao atendimento às fases do PROCONVE.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União** é pacífica nesse sentido:

“É dever da Administração realizar diligências sempre que houver dúvida relevante quanto à regularidade da documentação apresentada, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.” (**Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário**)

Assim, a ausência de diligência diante da inconsistência identificada nos documentos apresentados pela **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, **configura violação aos princípios da legalidade, do julgamento objetivo e da segurança jurídica**, impondo a revisão do ato de habilitação.

IV – DA DIVERGÊNCIA GRAVE E MATERIAL QUANTO À POTÊNCIA DO MOTOR (ITEM 23)

4.1 – Da vinculação objetiva às especificações técnicas do edital

O Termo de Referência do item 23 estabeleceu, de forma expressa, objetiva e vinculante, que o trator agrícola deveria possuir potência limitada entre 70 CV e 80 CV, critério técnico que integra o próprio núcleo do objeto licitado.

Nos termos do art. 5º, caput, e art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está estritamente vinculada às condições previamente definidas no edital, sendo vedada a aceitação de proposta que não atenda integralmente às especificações técnicas estabelecidas.

4.2 – Da contradição técnica insanável apresentada pela licitante vencedora

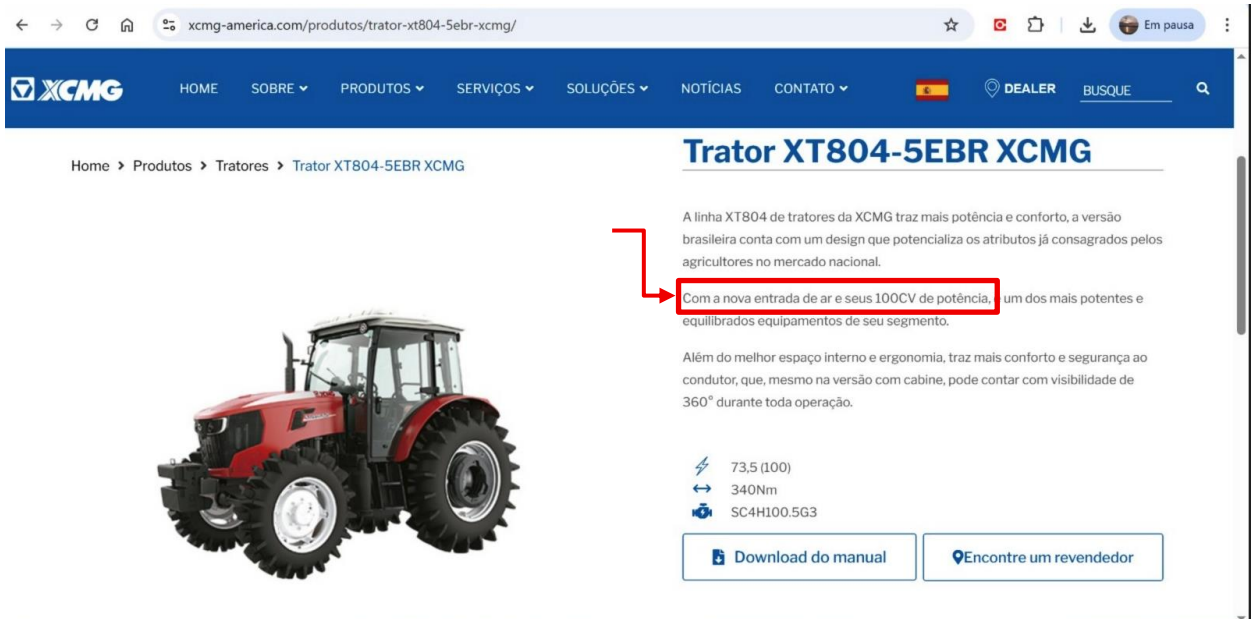
Verifica-se **contradição objetiva e documentada** quanto à potência do motor do equipamento ofertado pela **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**.

A empresa participou com o modelo XT804-5EBR, vejamos



Acompanhamento seleção de fornecedores > Pregão Eletrônico : UASG 130005 - N° 90024/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021) Online		
Proposta		
Valor proposta (unitário total) R\$ 189.807,0000 R\$ 72.126.660,0000	Valor ofertado (unitário total) R\$ 145.000,0000 R\$ 55.100.000,0000	Valor negociado (unitário total) -
Quantidade ofertada 380	Marca/Fabricante XCMG	Modelo/Versão XT804-5EBR
Participação desempate ME/EPP Não se aplica	Participação disputa final Não se aplica	
Critério de desempate utilizado no aceite da proposta Não se aplica		
Margem de preferência		
Pais de origem do material Nacional	Enquadramento Não se aplica	
Declaração de conteúdo nacional Não		

O edital exige trator com Potência limitada entre 70 CV e 80 CV, porém, no site oficial do próprio fabricante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., divulga que o modelo XT804-5EBR possui potência de 100 CV, vejamos print abaixo.



← → ↻ 📄 xcmg-america.com/produtos/trator-xt804-5ebr-xcmg/ ☆ 🇧🇷 📄 📄 📄 Em pausa

XCMG HOME SOBRE ▾ PRODUTOS ▾ SERVIÇOS ▾ SOLUÇÕES ▾ NOTÍCIAS CONTATO ▾ 🇧🇷 DEALER BUSQUE 🔍

Home > Produtos > Tratores > Trator XT804-5EBR XCMG

Trator XT804-5EBR XCMG

A linha XT804 de tratores da XCMG traz mais potência e conforto, a versão brasileira conta com um design que potencializa os atributos já consagrados pelos agricultores no mercado nacional.

Com a nova entrada de ar e seus 100CV de potência, um dos mais potentes e equilibrados equipamentos de seu segmento.

Além do melhor espaço interno e ergonomia, traz mais conforto e segurança ao condutor, que, mesmo na versão com cabine, pode contar com visibilidade de 360° durante toda operação.

⚡ 73,5 (100)
↔ 340Nm
🔧 SC4H100.5G3

📄 Download do manual 📍 Encontre um revendedor

Tal divergência **não configura falha formal ou mero erro material**, mas sim **inconsistência técnica substancial**, pois atinge característica essencial do equipamento, diretamente relacionada à **conformidade do objeto com o edital**.

O **Tribunal de Contas da União** possui entendimento pacífico de que **informações técnicas conflitantes inviabilizam a aceitação da proposta**:

“A apresentação de informações técnicas contraditórias quanto às características do objeto ofertado compromete a confiabilidade da proposta e impõe a inabilitação do licitante.” (Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário)

4.3 – Da descaracterização do objeto e violação à isonomia

A eventual aceitação de equipamento com **potência superior ao limite máximo previsto no edital** configura **descaracterização do objeto licitado**, prática expressamente vedada pelo TCU.

Nesse sentido, o Tribunal já decidiu que:

“A aceitação de produto com especificação superior ou diversa da prevista no edital caracteriza afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e enseja a anulação do certame.” (Acórdão TCU nº 1.214/2019 – Plenário)

A divergência substancial quanto à **potência do motor do equipamento ofertado** pela empresa vencedora **viola frontalmente os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório**, pilares estruturantes do regime jurídico das licitações públicas.

O **princípio da isonomia**, previsto no **art. 5º, caput**, e reiterado no **art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, impõe que **todos os licitantes sejam avaliados sob as mesmas condições técnicas e jurídicas**, vedando-se qualquer flexibilização posterior das regras editalícias em benefício de determinado concorrente.

No caso concreto, o edital **limitou expressamente a potência do trator agrícola entre 70 CV e 80 CV**, condição técnica que **orientou a formulação das propostas** e **definiu o universo de potenciais participantes do certame**. A eventual aceitação de equipamento cuja potência **excede o limite máximo estabelecido** configura **tratamento desigual**, na medida em que:

- outros licitantes podem ter deixado de participar ou sido inabilitados por não possuírem equipamento dentro desse intervalo de potência;
- a Administração altera, de forma indireta e posterior, o critério técnico originalmente imposto, beneficiando indevidamente a licitante vencedora;
- compromete-se a paridade de armas entre os concorrentes, núcleo essencial da isonomia.

O **Tribunal de Contas da União** é firme no sentido de que **qualquer relativização das especificações editalícias após a abertura das propostas viola a isonomia**:

“A flexibilização de exigências técnicas previstas no edital após a apresentação das propostas caracteriza ofensa ao princípio da isonomia e enseja a nulidade do certame.” (Acórdão TCU nº 1.550/2014 – Plenário)

Paralelamente, o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, consagrado no **art. 5º, inciso IV, e art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, impõe à Administração e aos licitantes **estrita observância às regras do edital**, que passa a vincular o procedimento como verdadeira **lei interna da licitação**.

A aceitação de proposta com **características técnicas divergentes ou contraditórias** em relação ao edital **configura afronta direta a esse princípio**, conforme entendimento reiterado do TCU:

“A Administração está estritamente vinculada às regras do edital, sendo vedada a aceitação de proposta que não atenda integralmente às especificações técnicas nele previstas.” (Acórdão TCU nº 2.731/2015 – Plenário)

No presente caso, admitir equipamento cuja potência real **não está inequivocamente demonstrada dentro do intervalo lícito** representa **verdadeira alteração do objeto**, prática vedada pelo ordenamento jurídico e reiteradamente rechaçada pelos órgãos de controle.

Assim, a manutenção da habilitação da empresa vencedora, sem a devida comprovação técnica, **subverte a lógica do certame**, fragiliza a segurança jurídica e **impõe risco concreto de nulidade**, com potenciais repercussões para a Administração Pública e para os gestores responsáveis.

Além disso, permitir a permanência de licitante que oferta equipamento potencialmente fora dos limites estabelecidos **viola o princípio da isonomia**, pois outros concorrentes podem ter sido excluídos ou não participado do certame justamente em razão da limitação técnica imposta.

4.4 – Do impacto ambiental e da incompatibilidade com o PROCONVE

A divergência quanto à potência do motor também possui **relevância ambiental**, uma vez que motores com potência superior:

- submetem-se a parâmetros distintos de enquadramento ambiental;
- podem exigir outra fase de certificação no âmbito do PROCONVE;
- demandam LCVM específica, com ensaios próprios.

A Resolução CONAMA nº 433/2011, bem como os atos normativos do IBAMA relativos ao PROCONVE MAR-I, estabelecem **que a certificação ambiental é indissociável da potência e da configuração do motor**, sendo inadmissível a extrapolação dos limites certificados.

Assim, a ausência de certeza quanto à potência real do motor **impede a comprovação do atendimento ambiental exigido pelo edital**, violando os itens **4.2.3 e 4.2.4**.

4.5 – Dos precedentes de anulação de pregões por divergência técnica quanto às especificações do objeto

O Tribunal de Contas da União possui **precedentes reiterados e específicos** no sentido de que **divergências técnicas relevantes entre catálogos, declarações do licitante, informações oficiais do fabricante e certificações ambientais** configuram vício insanável, capaz de **macular a habilitação e ensejar a anulação do certame**.

Em situação análoga à dos autos, o TCU determinou a anulação de pregão eletrônico no qual o equipamento ofertado apresentava **inconsistência entre a potência declarada e os dados oficiais do fabricante**, por caracterizar **descaracterização do objeto licitado**:

“A divergência entre as características técnicas do equipamento ofertado e aquelas divulgadas oficialmente pelo fabricante compromete a confiabilidade da proposta e enseja a nulidade do certame, por afronta ao princípio da vinculação ao edital.” (Acórdão TCU nº 3.083/2016 – Plenário)

Em outro precedente, envolvendo **máquinas e equipamentos com exigência de certificação ambiental**, o Tribunal reconheceu que a **ausência de compatibilidade inequívoca entre a licença ambiental apresentada e o modelo efetivamente ofertado** constitui irregularidade grave:

“A aceitação de licença ambiental sem correspondência clara com o modelo e a configuração do equipamento ofertado configura falha material, impondo a anulação do procedimento licitatório.” (Acórdão TCU nº 1.214/2019 – Plenário)

No Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, o Tribunal analisou pregão eletrônico para aquisição de equipamentos automotivos e concluiu pela ilegalidade da habilitação, em razão de informações técnicas contraditórias constantes do catálogo e da documentação do fabricante, destacando que:

“A Administração não pode aceitar proposta cuja conformidade técnica dependa de presunção ou interpretação subjetiva, sob pena de violação aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo.”

Há ainda precedente específico em que o TCU reconheceu que **divergências relativas à potência do motor** impactam diretamente o **enquadramento ambiental no PROCONVE**, determinando a **anulação do certame** diante da inexistência de LCVM compatível:

“A incerteza quanto à potência real do motor impede a verificação do correto enquadramento ambiental e impõe a anulação da licitação, diante do risco de contratação em desacordo com a legislação ambiental.”
(Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

Esses precedentes demonstram que o entendimento do TCU é **uniforme e consolidado** no sentido de que **divergências técnicas substanciais, especialmente quando relacionadas à potência do motor e à certificação ambiental**, não podem ser relativizadas, devendo resultar:

- na inabilitação do licitante; ou
- na anulação do pregão, quando o vício comprometer a isonomia e o julgamento objetivo.

No caso em análise, a coexistência de **informações contraditórias sobre a potência do motor de 80 CV na proposta, (e 100 CV no site oficial do fabricante)**, aliada à **incerteza quanto à LCVM aplicável**, reproduz exatamente os vícios já reconhecidos pelo TCU como aptos a ensejar a **nulidade do certame**, caso não sanados mediante diligência técnica idônea.

4.6 – Dos riscos jurídicos e administrativos concretos à Administração Pública

A manutenção da habilitação da empresa vencedora **sem o prévio e completo esclarecimento das inconsistências técnicas identificadas** expõe a Administração Pública a **riscos jurídicos concretos, imediatos e relevantes**, incompatíveis com os princípios que regem as contratações públicas.

Em primeiro lugar, a permanência de proposta cuja conformidade técnica **não está inequivocamente comprovada** compromete a **validade da Ata de Registro de Preços** e dos **contratos dela decorrentes**, sujeitando-os à **declaração de nulidade**, nos termos do **art. 147 da Lei nº 14.133/2021**, diante da violação à vinculação ao edital e às exigências ambientais expressamente previstas.

Em segundo lugar, a aceitação de equipamento potencialmente **em desacordo com as especificações técnicas e ambientais do edital** enseja a **responsabilização pessoal dos gestores públicos**, tanto na esfera administrativa quanto no âmbito do controle externo, conforme reiteradamente decidido pelo **Tribunal de Contas da União**, quando constatada a inobservância de critérios técnicos objetivos.

Além disso, a situação descrita sujeita o órgão contratante a **glosas, determinações corretivas e recomendações vinculantes do TCU**, com a possibilidade de:

- suspensão da execução contratual;
- determinação de anulação do certame;
- imposição de medidas saneadoras ex post, com impacto financeiro e operacional.

Há, ainda, risco concreto de **fornecimento de equipamento em desconformidade com o objeto licitado**, o que compromete:

- a eficiência da contratação;
- a adequação do equipamento às necessidades do órgão;
- a regularidade ambiental, em afronta às normas do PROCONVE e às exigências do edital.

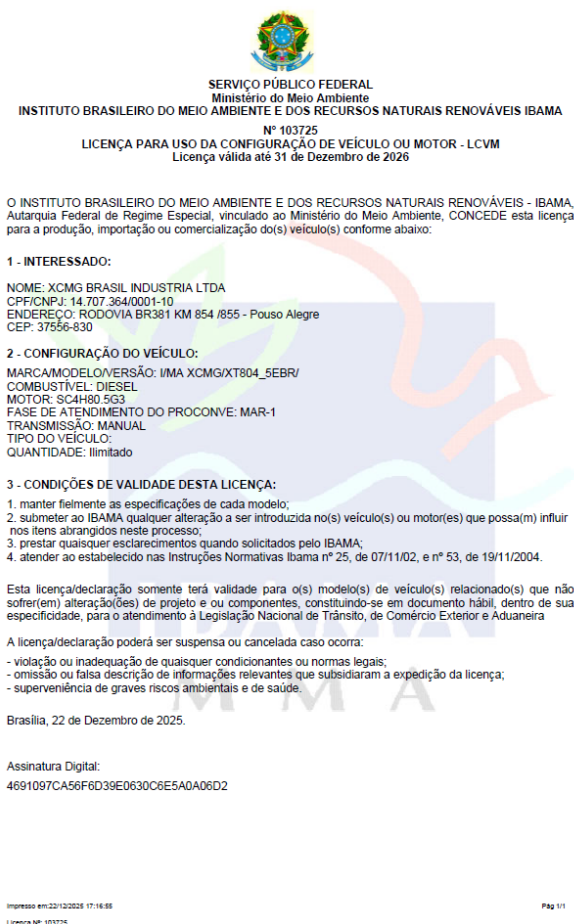
Por fim, a manutenção do julgamento tal como proferido **fragiliza a segurança jurídica do certame**, gerando instabilidade contratual, potencial judicialização e prejuízo à confiança dos licitantes na lisura do procedimento, situação que o ordenamento jurídico e o controle externo **expressamente buscam evitar**.


Diante desse cenário, a adoção de diligência técnica e a revisão do ato de habilitação **não se apresentam como faculdade da Administração**, mas como **medida necessária de mitigação de riscos**, em observância aos princípios da legalidade, da prevenção e da boa governança pública.

4.7 – Da necessidade imperativa de diligência técnica junto ao IBAMA

Diante da **inconsistência técnica grave e objetivamente demonstrada** quanto à potência do motor e à compatibilidade da LCVN com o equipamento ofertado, impõe-se à Administração Pública a **adoção de diligência técnica obrigatória**, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

A empresa XCMG, apresentou o LCVN, conforme print da foto abaixo:




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA
Nº 103725
LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR - LCVN
Licença válida até 31 de Dezembro de 2026

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal de Regime Especial, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, CONCEDE esta licença para a produção, importação ou comercialização do(s) veículo(s) conforme abaixo:

1 - INTERESSADO:
NOME: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
CPF/CNPJ: 14.707.364/0001-10
ENDEREÇO: RODOVIA BR361 KM 854 /855 - Pouso Alegre
CEP: 37556-830

2 - CONFIGURAÇÃO DO VEÍCULO:
MARCA/MODELO/VERSÃO: IMA XCMG/XT804_5EBR/
COMBUSTÍVEL: DIESEL
MOTOR: SC4H80.5G3
FASE DE ATENDIMENTO DO PROCONVE: MAR-1
TRANSMISSÃO: MANUAL
TIPO DO VEÍCULO:
QUANTIDADE: Ilimitado

3 - CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA:
1. manter fielmente as especificações de cada modelo;
2. submeter ao IBAMA qualquer alteração a ser introduzida no(s) veículo(s) ou motor(es) que possa(m) influir nos itens abrangidos neste processo;
3. prestar quaisquer esclarecimentos quando solicitados pelo IBAMA;
4. atender ao estabelecido nas Instruções Normativas Ibama nº 25, de 07/11/02, e nº 53, de 19/11/2004.

Esta licença/declaração somente terá validade para o(s) modelo(s) de veículo(s) relacionado(s) que não sofrer(em) alteração(ões) de projeto e ou componentes, constituindo-se em documento hábil, dentro de sua especificidade, para o atendimento à Legislação Nacional de Trânsito, de Comércio Exterior e Aduaneira

A licença/declaração poderá ser suspensa ou cancelada caso ocorra:
- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Brasília, 22 de Dezembro de 2025.

Assinatura Digital:
4691097CA56F6D39E0630C6E5A0A06D2

Impressão em: 22/12/2025 17:16:55
Licença Nº: 103725

Pág 1/1

Ocorre que, ao consultar as informações acima do LCVN no próprio site do IBAMA, com o número da Licença Nº: 103725, não consta as informações básicas, como exemplo a validade da licença, vejamos:



24/12/25, 20:07

servicos.ibama.gov.br/ctfi/publico/infoserv/ver_autenticidade.php



Consulta Pública Veracidade Licenças PROCONVE- PROMOT/INFOSERV



Esta Licença é válida para a XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.
Que ampara os dados da Licença abaixo.

Verificar Autenticidade



Assinatura Digital:

Código da Assinatura Digital: 4691097CA56F8D39E0630C6E5A0A06D2

Verificar Autenticidade

Limpar

Dados da Licença

Nº da Licença: 103725
Data de Emissão da Licença: 22/12/2025
Validade da Licença:
Nome Solicitante: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
CNPJ Solicitante: 14.707.364/0001-10
Combustível:
Motor:
Transmissão:
Tipo da Solicitação:
Quantidade: Ilimitado

(*) preenchimento obrigatório

A diligência, no caso concreto, não se destina à complementação indevida da proposta, mas sim ao esclarecimento de dúvida relevante quanto ao atendimento das exigências editalícias e ambientais, o que a legislação expressamente autoriza e impõe.

Nesse sentido, a diligência junto ao **IBAMA**, órgão ambiental competente, mostra-se imprescindível para que:

- seja confirmada ou emitida **LCVM compatível com o modelo efetivamente ofertado**;
- seja verificada, de forma oficial e técnica, **a potência real do motor**;
- seja realizado **confronto técnico entre a LCVM, o catálogo apresentado e as informações oficiais do fabricante**.

O entendimento do **Tribunal de Contas da União** é consolidado no sentido de que a diligência é **medida obrigatória sempre que houver dúvida objetiva sobre a regularidade da documentação**, sendo vedado à Administração decidir com base em presunções.

A **Súmula TCU nº 222** estabelece que a diligência é instrumento legítimo para **esclarecer ou complementar a instrução do processo**, desde que **não implique inovação da proposta**, exatamente a hipótese dos autos.

No mesmo sentido, o TCU já decidiu que:

“A ausência de diligência diante de dúvida relevante acerca do atendimento às exigências do edital caracteriza falha grave, por violação aos princípios da legalidade e do julgamento objetivo.”
(Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

E ainda:

“A Administração deve esgotar os meios de verificação técnica quando houver inconsistência entre as informações apresentadas pelo licitante e aquelas constantes de bases oficiais.” (Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário)

Assim, a **não realização de diligência técnica junto ao IBAMA**, no contexto das inconsistências identificadas, **configura violação direta** aos princípios da **legalidade**, da **vinculação ao instrumento convocatório** e do **julgamento objetivo**, previstos nos **arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021**, impondo, como consequência jurídica necessária, a **revisão do ato de habilitação**.

V – DA EXIGÊNCIA INDISPENSÁVEL DE APRESENTAÇÃO DOS ENSAIOS E DA CERTIFICAÇÃO OFICIAL DO MOTOR

O Edital estabeleceu, de forma **expressa e vinculante**, nos itens **4.2.3 e 4.2.4**, a obrigatoriedade de comprovação do atendimento às **fases do PROCONVE**, mediante **Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM)** válida e compatível com o equipamento ofertado.

Diante das **inconsistências técnicas verificadas**, especialmente quanto à **potência do motor**, **não se mostra juridicamente suficiente a simples declaração do licitante ou a apresentação isolada de catálogo comercial**, sendo indispensável, para a regular habilitação:

- a apresentação dos ensaios laboratoriais oficiais que embasaram a certificação ambiental;
- a certificação formal do motor, emitida por órgão ou entidade competente;
- a comprovação técnica inequívoca de que o motor não excede o limite máximo de 80 CV, conforme exigido no edital.

A exigência desses documentos decorre diretamente do **art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que impõe à Administração o dever de exigir **comprovação técnica idônea, verificável e compatível com o objeto contratado**, não se admitindo presunções ou flexibilizações indevidas.

O Tribunal de Contas da União possui jurisprudência firme no sentido de que a aceitação de certificação ambiental desacompanhada dos respectivos ensaios técnicos configura irregularidade grave, apta a ensejar responsabilização do pregoeiro e da autoridade competente:

“A aceitação de documentação técnica insuficiente para comprovação da conformidade ambiental do objeto caracteriza falha grave na condução do certame, sujeitando os responsáveis à responsabilização perante o controle externo.” (Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

Em precedente específico envolvendo **equipamentos automotores e certificações ambientais**, o TCU aplicou **sanções a gestores e pregoeiro** pela habilitação de licitante sem a devida comprovação técnica:

“A habilitação de empresa sem a apresentação dos ensaios e certificações exigidos no edital configura violação aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, ensejando a responsabilização dos

agentes públicos que deram causa à irregularidade.” (Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido, o Tribunal já decidiu que a **ausência de verificação rigorosa da potência e da configuração do motor**, quando relevantes para o enquadramento ambiental, **compromete a vantajosidade da contratação** e pode resultar em **nulidade do certame**:

“A contratação de equipamento sem comprovação técnica suficiente quanto às suas características essenciais expõe a Administração a riscos de nulidade contratual e responsabilização dos gestores.” (Acórdão TCU nº 3.083/2016 – Plenário)

Dessa forma, a **não exigência dos ensaios laboratoriais e da certificação oficial do motor** viola frontalmente os princípios da **legalidade**, da **segurança jurídica**, da **vinculação ao edital** e da **seleção da proposta mais vantajosa**, além de **transferir risco indevido à Administração Pública**, situação reiteradamente rechaçada pelo TCU.

VI – DA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA E INEQUÍVOCA DA NACIONALIDADE DO EQUIPAMENTO

A empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, afirma que o trator agrícola ofertado é de **fabricação nacional**. Todavia, **não é suficiente** capaz de comprovar, de forma **inequívoca**, a origem nacional do equipamento.

Nos termos do **item 4.2.3 do Edital**, somente são admitidos equipamentos **nacionais ou importados** que possuam **Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) correspondente à fase MAR-I**, exigência que pressupõe, necessariamente:

- comprovação formal da origem do equipamento;
- rastreabilidade do processo produtivo e da montagem final;
- correspondência técnica entre o local de fabricação, o motor certificado e a LCVM apresentada.

A simples alegação de nacionalização, desacompanhada de documentação idônea, **não atende ao comando editalício**, nem satisfaz o disposto no **art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que impõe a comprovação objetiva e verificável da qualificação técnica do objeto ofertado.

O **Tribunal de Contas da União** possui entendimento consolidado de que a **ausência de comprovação inequívoca da origem do equipamento**, especialmente quando vinculada à **certificação ambiental**, configura irregularidade grave, apta a ensejar **nulidade da contratação e responsabilização dos agentes públicos**:

“A aceitação de equipamento sem comprovação adequada de origem e certificação ambiental expõe a Administração a riscos de nulidade contratual e à responsabilização dos gestores que autorizaram a contratação.” (Acórdão TCU nº 1.214/2019 – Plenário)

Em precedentes análogos, o TCU já assentou que a **incompatibilidade ou insuficiência de documentos relativos à origem do bem** compromete a **validade da LCVM** e inviabiliza a aferição do correto enquadramento ambiental, tornando **ilegal a habilitação do licitante**.

Assim, a ausência de prova técnica robusta acerca da **nacionalidade do equipamento** gera **risco concreto de contratação irregular**, afronta os princípios da **legalidade**, da **vinculação ao instrumento convocatório** e da **segurança jurídica**, impondo a **realização de diligência técnica** ou, caso não sanada a irregularidade, a **inabilitação da empresa vencedora**.

VII – DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS VIOLADOS

As irregularidades técnicas, documentais e procedimentais amplamente demonstradas nos tópicos anteriores — notadamente as **divergências quanto à potência do motor**, as **inconsistências da LCVM**, a **ausência de ensaios e certificações oficiais**, bem como a **falta de comprovação inequívoca da nacionalidade do equipamento** — configuram **violação direta e simultânea a princípios estruturantes do regime jurídico das contratações públicas**, cuja observância é **impositiva** à Administração Pública.

Inicialmente, resta caracterizada a violação ao **princípio da legalidade** (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021), uma vez que a manutenção da habilitação da empresa vencedora se deu **em desconformidade com exigências expressas do edital** e com normas ambientais aplicáveis, afastando-se do dever de atuação estritamente vinculada à lei e ao instrumento convocatório.

Também se verifica afronta ao **princípio da isonomia**, pois a tolerância administrativa a inconsistências técnicas relevantes **implicou flexibilização indevida das regras editalícias**, beneficiando a empresa vencedora em detrimento dos demais licitantes que formularam suas propostas **em estrita observância às especificações técnicas e ambientais exigidas**, situação reiteradamente rechaçada pelo **Tribunal de Contas da União**.

O **princípio do julgamento objetivo** igualmente foi violado, na medida em que o ato administrativo recorrido **não se baseou em critérios técnicos claros, verificáveis e previamente definidos**, mas em **presunções e documentos contraditórios**, contrariando o comando do **art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021** e a jurisprudência consolidada do TCU, que veda decisões fundadas em subjetividade ou dúvida técnica relevante.

Em consequência direta dessas falhas, resta comprometida a **seleção da proposta mais vantajosa**, pois a Administração **não possui segurança quanto à efetiva conformidade do equipamento ofertado** com as especificações do edital, o que impede a correta avaliação da adequação técnica, econômica e ambiental da proposta vencedora.

Ademais, a aceitação de proposta marcada por incertezas técnicas e ambientais **fragiliza a segurança jurídica do certame**, expondo a contratação a **risco concreto de nulidade**, à atuação corretiva dos órgãos de controle e à responsabilização dos gestores públicos, cenário que o TCU reiteradamente busca prevenir.

Por fim, resta evidenciada a violação ao **princípio da sustentabilidade ambiental**, expressamente consagrado no **art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, na medida em que a Administração **não pode admitir a contratação de equipamento cuja conformidade com o PROCONVE e com a LCVM aplicável não esteja inequivocamente comprovada**, sob pena de desrespeito às políticas públicas ambientais e às normas de proteção ambiental vigentes.

Dessa forma, a manutenção do julgamento recorrido **contraria o núcleo principiológico das contratações públicas**, tal como delineado na Lei nº 14.133/2021 e interpretado pelo Tribunal de Contas

da União, impondo a **revisão do ato administrativo** como medida necessária para o restabelecimento da legalidade, da isonomia e da integridade do certame.

VIII. MULTA EM PREGOEIRO POR NÃO ABRIR DILIGÊNCIA

Recentemente foi publicado Acórdão pelo TCU “Pregoeiro é multado pelo TCU no Acórdão 1083/2025 – Primeira Câmara”. Ao julgar o pregão, ele ignorou a regra do edital — que exigia o uso da média das propostas — e desclassificou a mais vantajosa com base no valor estimado da contratação, **e sem realizar diligência**. O TCU entendeu como erro grosseiro: aplicou multa e proibiu a prorrogação do contrato.

EMENTA: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO 2/2023. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA E ASSESSORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA. CRITÉRIO DE EXEQUIBILIDADE DIVERGENTE DO QUE CONSTA NO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. CONTRATO 7/2023. ERRO GROSSEIRO. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DA PREGOEIRA. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÃO AO CRM-SC PARA NÃO PRORROGAR O CONTRATO OU, SE INDISPENSÁVEL, MANTÊ-LO PELO PRAZO ESTRITAMENTE NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DE NOVO CERTAME.

Nesse contexto, o ferramental do poder-dever de diligência ganha magnitude ainda mais no curso dos procedimentos de modo a se firmar a premissa do interesse público e do devido processo legal substancial.

Reitera-se que a diligência constitui meio legítimo de que se vale o pregoeiro e o agente de contratação para o exercício de seu poder judicante o qual se constitui direito subjetivo para, inclusive, promover eventual reconsideração e retratação de atos de julgamento.

Destaca-se que somente reconsidera quem julga. Ainda que subsidiado pela manifestação técnica, a atuação do pregoeiro e do agente de contratação não pode engessada. Ademais, sua responsabilidade é individual, como autoridade decisória no curso do processo de licitação. Nesse contexto, rememorar-se também que há vedação de decisão coordenada das instâncias decisórias no âmbito das licitações.

Sobre o tema de diligência, destaca-se a reflexão jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.211/2021, acerca de uma melhor prática:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado

com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”

A propósito, oportuna a reflexão e crítica do professor Joel de Menezes Niebuhr ao avaliar que:

Em que pesem as críticas, o Acórdão n. 1.211/2021 externa a orientação do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, que é cada vez mais flexível. Sem levar em conta a legalidade, a orientação é vantajosa para o interesse público, de modo que a Administração não afaste licitante que de fato cumpre os requisitos exigidos no edital. O problema e a razão da crítica são a legalidade, que não andou no mesmo passo e que não poderia ser desprezada ou distorcida como malgrado foi. Certo ou errado, o entendimento do Tribunal de Contas da União, especialmente, é o que deve prevalecer perante a Administração Pública, especialmente, no âmbito federal, diante da sua posição de protagonismo perante os órgãos de controle.

De fato, exsurge a necessária ponderação da plêiade de princípios licitatórios e a relevância do poder-dever de diligência e do princípio do formalismo moderado, o qual passa necessariamente pela compreensão de dois pilares: I - O PODER JUDICANTE DO PREGOEIRO E DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

O ato de julgar deve pautar-se na regularidade do processo licitatório, com devido processo legal administrativo tanto do ponto de vista formal e material. Nesse contexto, não se pode olvidar o enunciado da Súmula nº 473 STF que impõe à Administração a qualquer tempo, a revisão de seus julgados no âmbito administrativo.

IX – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, e considerando as **irregularidades técnicas, documentais e procedimentais** amplamente demonstradas ao longo do presente RECURSO ADMINISTRATIVO — especialmente aquelas relacionadas à **divergência quanto à potência do motor**, à **inconsistência e insuficiência da LCVM apresentada**, à **ausência de ensaios e certificações oficiais**, bem como à **não comprovação inequívoca da nacionalidade do equipamento** — requer a Recorrente a Vossa Senhoria que:

1. **Conheça e dê provimento ao presente Recurso Administrativo**, por ser tempestivo e devidamente fundamentado, nos termos do **art. 165 da Lei nº 14.133/2021**;
2. **Determine a imediata instauração de diligência técnica junto ao IBAMA**, com fundamento no **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, a fim de:
 - confirmar ou emitir **Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM)** plenamente compatível com o modelo efetivamente ofertado;
 - verificar, de forma oficial e técnica, a **potência real do motor** do equipamento licitado;
 - realizar **confronto técnico entre a LCVM, os catálogos apresentados e as informações oficiais do fabricante**;
3. **Exija da empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. a apresentação dos ensaios laboratoriais e da certificação oficial do motor**, capazes de comprovar, de maneira inequívoca:
 - o correto enquadramento ambiental do equipamento no âmbito do **PROCONVE**;
 - o atendimento integral aos limites de potência estabelecidos no edital;
4. **Determine a comprovação técnica robusta da nacionalidade do equipamento ofertado**, com a apresentação de documentos que assegurem:
 - a **origem e rastreabilidade da produção**;

- a **correspondência entre o local de fabricação, o motor certificado e a LCVM apresentada**, nos termos do **item 4.2.3 do Edital**;
5. **Caso as inconsistências técnicas e documentais não sejam plenamente sanadas**, seja declarada a **inabilitação da empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, por descumprimento das exigências editalícias e legais;
 6. Em consequência, seja promovida a **revisão do julgamento e da adjudicação dos itens impugnados**, com a **reclassificação das propostas**, em estrita observância aos princípios da **legalidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao edital, segurança jurídica e sustentabilidade ambiental**;
 7. Por fim, requer que todas as decisões proferidas no âmbito deste recurso sejam **devidamente motivadas**, com indicação expressa dos fundamentos técnicos e jurídicos adotados, em observância ao **art. 5º, inciso XXXV, e ao art. 50 da Lei nº 9.784/1999**, aplicável subsidiariamente, e à **jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União** e da Lei nº 14.133/2021. O processo licitatório, sendo um conjunto de atos administrativos, deve obedecer aos princípios gerais do direito administrativo, incluindo a motivação, a publicidade, a transparência e o planejamento, que são inclusive princípios explícitos na nova lei.
 8. Requer-se também que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelo e-mail gilmar@ferronato.net, sob pena de nulidade.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Brasília/DF, 02 de janeiro de 2026

MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A
CNPJ Nº 00.970.771/0003-73
GILMAR LUIZ FERRONATO JUNIOR
RG nº.5001592 SSP/PA / CPF nº 757.933.182-91
PROCURADOR